

Carta de Apresentação Documento Coalizão Brasil
Clima, Florestas e Agricultura
11/06/15

Formada por associações empresariais, empresas, organizações da sociedade civil e indivíduos interessados na construção de uma nova economia de baixo carbono no país, a **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** visa criar maior sinergia entre as agendas de proteção, conservação e uso sustentável das florestas, agricultura e mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Para tanto, essa coalizão multissetorial pretende promover e propor políticas públicas, ações e mecanismos financeiro/econômicos para o estímulo à agricultura, pecuária e economia florestal que impulsionem o Brasil como protagonista na liderança global da economia sustentável e de baixo carbono, gerando prosperidade, com inclusão social, geração de emprego e renda.

Nesta primeira publicação, a Coalizão defende que o desenvolvimento dessa nova economia depende do cumprimento da legislação relativa às mudanças climáticas e uso do solo. As ações propostas visam contribuir para: reduzir as emissões brasileiras de gases de efeito estufa (GEE); promover a restauração e/ou recuperação de áreas degradadas e áreas de preservação permanente e de reserva legal; desenvolver plantios florestais econômicos em áreas degradadas e promover a manutenção e a eliminação da perda líquida da cobertura vegetal nativa brasileira. A Coalizão aspira contribuir para o fim do desmatamento e da exploração ilegal de florestas, bem como para a expansão da produção de alimentos, produtos de base florestal e bioenergia de forma competitiva e sustentável.

As aspirações da Coalizão incluem a transição para a sustentabilidade e a economia de baixo carbono nas florestas e na agricultura de forma a promover ordenamento fundiário, inclusão, diálogo e proteção social das comunidades que constituem a população brasileira.

A **Parte 1** da publicação contextualiza esta proposta, construída em virtude das ameaças das mudanças climáticas, um dos maiores desafios atuais da Humanidade. Segundo o IPCC – o painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas -, para termos chances razoáveis de conter o aumento da temperatura média global em 2° C em relação à era pré-industrial, o mundo deve reduzir significativamente as emissões líquidas globais de GEE nas próximas décadas e buscar zerá-las o mais cedo possível.

Nesse contexto, as florestas são a maior fonte terrestre de armazenamento e captura de carbono da atmosfera. A conservação, o manejo, a restauração e o plantio de árvores para recuperação de áreas e para fins comerciais são a maneira mais eficiente de realizar o sequestro e estocagem de carbono. E o Brasil tem vocação natural para isso.

A agricultura é um setor com grande potencial para contribuir com a redução das emissões, pois ao mesmo tempo que contribuiu para a emissão de GEE se realizada

em condições de baixa eficiência, é um dos setores mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas.

O Brasil é um dos líderes globais em tecnologia florestal, tanto de manejo de floresta tropical como de plantações florestais para fins industriais, mas em ambos os casos a produção de madeira sustentável no país ainda se encontra aquém do necessário e do potencial nacional, o que pode ser resolvido com políticas e incentivos adequados. Não obstante, o país abriga 12% das florestas do planeta representando o maior estoque de biomassa (portanto carbono) e território em áreas protegidas do mundo.

Por outro lado, estudos apontam que parte significativa do aumento da produção de alimentos necessária para alimentar a humanidade virá do Brasil até meados do século. Ao mesmo tempo, o país possui pelo menos 20 milhões de hectares de áreas a serem restauradas ou reflorestadas.

É a partir dessa realidade que se insere a **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura**, cujos participantes comprometem-se a:

- Organizar-se e operar de forma multissetorial e multidisciplinar, mantendo-se abertos a novas adesões e contribuições.
- Buscar convergências e usar a divergência como via para avançar e construir soluções.
- Promover a transparência na sistematização e disseminação de informações sobre florestas, agropecuária e clima.
- Levar à sociedade e ao governo propostas concretas, claras e transparentes, para avançar nas agendas de clima, agropecuária e florestas, indicando de forma objetiva como cada setor pode contribuir para sua efetivação.
- Interagir e somar esforços com outras iniciativas nas áreas de clima, florestas e agricultura, no Brasil e internacionalmente.

Para tanto, a Coalizão se estruturará e construirá propostas visando influenciar tomadas de decisão em duas frentes de atuação complementares: a Agenda Clima 2015 e a Agenda Desenvolvimento Sustentável e de Baixo Carbono para o Brasil 2015-2030.

Em 2015, durante a COP-21, em Paris, os países membros da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Convenção do Clima) buscarão alcançar um novo acordo climático global, mais ambicioso e efetivo, para que o limite de 2° C seja garantido. Como sua primeira colaboração, a Coalizão traz, na **Parte 2** deste documento, uma proposta de diretrizes para as “contribuições nacionalmente determinadas” (INDC, no acrônimo em inglês) do Brasil.

À medida que as ações da Coalizão englobam três áreas temáticas inter-relacionadas (clima, florestas e agricultura), a proposta contempla visão e elementos gerais para a INDC brasileira, bem como o papel dos setores florestal e agrícola para a sua a viabilização. Obedecem quatro princípios básicos: estabelecer a visão de longo prazo sobre emissões globais, levando em conta as recomendações do 5º Relatório de Avaliação do IPCC e o objetivo de limitar o aumento de temperatura média global em 2º C; definir o conceito/critério de porção justa do Brasil no esforço global para atingir a redução de emissões necessária no longo prazo, levando em consideração as responsabilidades comuns, porém diferenciadas; propor a base lógica de um nível de ambição de redução de emissões para o Brasil que seja inspiradora, mobilizadora, desafiadora e alcançável; e propor mecanismos, elementos e incentivos que viabilizem os princípios e compromissos a serem assumidos pela Coalizão e pelo Brasil.

Dadas as características das emissões brasileiras e as oportunidades de se aliar mitigação e competitividade, uma redução expressiva das emissões é possível e desejável, sobretudo no Setor de Uso da Terra, que inclui as atividades florestais e agropecuárias. Entre as medidas sugeridas, estão: reduzir o desmatamento e a degradação florestal; incentivar o manejo florestal sustentável; incentivar o reflorestamento para fins econômicos e restauração florestal; incentivar a produção e uso de biocombustíveis; incentivar tecnologias de agricultura de baixo carbono, como recuperação de pastagem, plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta, entre outras.

Para potencializar as oportunidades de contribuição do setor florestal e agrícola para a redução de emissões brasileiras de GEE, a Coalizão propõe um conjunto de iniciativas, a serem implementadas pelo setor público, empresarial e sociedade civil organizada, apresentadas na **Parte 3** da publicação. As questões relacionadas à adaptação à mudança do clima ainda não foram tratadas neste documento e serão consideradas futuramente no âmbito dos trabalhos da Coalizão.

Deve-se ressaltar que as diversas organizações que compõem esta Coalizão se comprometem em atuar para facilitar a execução dessas propostas e a implementá-las ou promovê-las diretamente, sempre que forem aplicáveis às suas respectivas esferas de atuação.

São 17 propostas, divididas em dois recortes: aspectos predominantemente transversais, que incluem itens de cunho legal e institucional e mecanismos de valorização do carbono e serviços ecossistêmicos e aspectos predominantemente temáticos, considerando propostas específicas para os setores florestal e agropecuário:

Eixo Legal/Institucional

Implementação do Código Florestal, regularização fundiária e cooperação internacional:

Proposta 1: Estabelecer procedimentos para garantir a implementação do CAR até 2016 e definição dos PRA até 2018, em 100% do território nacional.

Proposta 2: Promover ampla transparência dos dados, cadastros e sistemas de informações relacionados aos aspectos ambientais e fundiários do uso da terra.

Proposta 3: Unificar todos os diferentes cadastros relacionados ao uso da terra no país, em um cadastro federal integrado.

Proposta 4: Criar plano de regularização fundiária e ordenamento territorial até 2016, para solucionar conflitos decorrentes da sobreposição de direitos sobre propriedade e uso da terra até 2030.

Proposta 5: Estabelecer programa de cooperação sul-sul para a difusão e compartilhamento da tecnologias brasileiras nas áreas florestal e agrícola.

Mecanismos de valorização do carbono e serviços ecossistêmicos:

Proposta 6: Dar escala e garantia de liquidez aos mecanismos existentes de valorização do carbono.

Proposta 7: Criar mecanismo regulatório de valorização econômica direta de energia e produtos renováveis, por meio da demanda atrelada à produção de base não renovável.

Proposta 8: Implantar mecanismo global de pagamento anual pelos serviços ecossistêmicos.

Eixo florestal e agrícola

Combate ao desmatamento, incremento de estoques florestais e agricultura de baixo carbono:

Proposta 9: Produzir mapa anual de uso e cobertura da terra no Brasil.

Proposta 10: Produzir relatório anual de desmatamento.

Proposta 11: Aumentar as sanções, em nível econômico, fundiário e criminal a agentes que promovam ou permitam o desmatamento ilegal em toda ou em parte de suas propriedades.

Proposta 12: Criar mecanismos para valorizar as boas práticas e a regularidade ambiental.

Proposta 13: Promover o incremento em larga escala de estoques florestais para múltiplos usos.

Proposta 14: Aumentar em 10 vezes a área de manejo florestal sustentável rastreada no Brasil, até 2030, e coibir a ilegalidade de produtos florestais madeireiros provenientes de florestas nativas.

Proposta 15: Desenvolver projeto pré-competitivo de desenvolvimento da silvicultura de espécies arbóreas nativas do Brasil.

Proposta 16: Tornar a agropecuária de baixo carbono majoritária no Brasil, em sinergia com a promoção da agricultura familiar.

Proposta 17: Estabelecer padronização global de biocombustíveis e promover uma política nacional de valorização da produção de biocombustíveis e bioenergia.

Este documento terá editoração final, sem alteração de conteúdo, até 24/06/15